

A proposta encontra respaldo legal na Constituição Federal, em especial nos princípios da função social da propriedade (art. 5º, XXIII) e da moradia como direito social (art. 6º).

III - ASPECTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS

O projeto observa a legalidade quanto à iniciativa e trata de tema vinculado à política habitacional e à dignidade da pessoa humana, princípio constitucionalmente garantido.

Nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, como habitação, urbanismo e uso do solo. A Lei Orgânica Municipal também ampara a matéria, conferindo ao Poder Executivo a iniciativa para propor leis que versem sobre a alienação e doação de bens públicos.

II - COMPETÊNCIA E INICIATIVA

O projeto estabelece que os encargos civis, administrativos, trabalhistas e tributários incidentes sobre os imóveis doados serão de responsabilidade do donatário, e que os detalhes dos lotes doados serão regulamentado por meio de Decreto Municipal.

O projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, visa autorizar a doação de lotes de propriedade do Município de Rio das Ostras para fins de moradia com a finalidade de assegurar o acesso a lotes urbanizados e à moradia digna e sustentável.

“Dispõe sobre a autorização para doação de lotes de interesse social urbanizados do Município de Rio das Ostras, para fins de moradia, define os critérios prioritários e dá outras providências.”

EMENTA:

PROJETO DE LEI N° 017/2025, DE 07 DE MAIO DE 2025

PARECER JURÍDICO

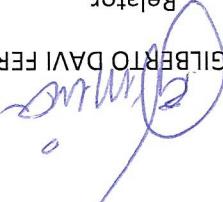
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

APROVADO
EM 12/05/2025
Ass. Presidente

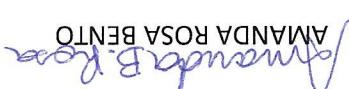
Membro.

KENIA SOARES SIMOES


Relator

GILBERTO DAVI FERREIRA


Presidente

AMANDA ROSA BENTO


		X
		X
X		
Parlamentares	SIM	NÃO

Sala das Comissões, Ribeirãozinho - MT, 12 de maio de 2025

Dianete do exposito, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação da aprovação do Projeto de Lei nº 017/2025, por recomendar aos princípios da constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa, atender aos princípios da constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa, ao em Plenário.

Além disso, o projeto respeita os critérios de legalidade e moralidade administrativa, ao definir claramente os benefícios com base em renda familiar e ao prever regulamentação complementar por Decreto Municipal.

Também está em consonância com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), que orienta a formulação de políticas de desenvolvimento urbano.

Aos 12 dias do mês de maio de dois mil e vinte cinco
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ribeirãozinho - MT,